

Sobre a humanização do habitar: algumas notas gerais

António Baptista Coelho

Gostaria que pudesse ler este novo artigo da nossa revista com o espírito livre, de quem passa os olhos por uma ideia: “a humanização do habitar” (habitar com um sentido amplo e verdadeiro de espaço desejavelmente habitável); que lhe será, mais ou menos, conhecida e com a qual terá, em princípio, mais ou menos, relações, seja em termos de vivência própria como habitante, seja em termos de prática profissional, seja em termos de caminhos específicos e próprios de reflexão e de estudo teórico-prático sobre o tema e/ou sobre temáticas próximas dessa “humanização do habitar”.



Fig. 01

O desenvolvimento de um habitação humanizada, com o sentido amplo de um habitar positivamente marcado pelo homem e positivamente influenciador da sua vida individual, gregária e cívica, deveria ser uma exigência básica numa sociedade que preze o seu passado e vise um futuro com valia solidária e cultural. Neste sentido e neste artigo apontam-se as seguintes áreas temáticas: as escalas e os tempos do habitar; as humanidades e o habitar; como habitar cidades mais amigas (segurança e convivialidade); a relação com a história e as tipologias do habitar; a importância do bom desenho do habitar; a integração física e social do habitar; e a importância de um sentido amplo, adequado e interrelacionado de natureza, cidade e lugar habitados.



Fig. 02

Escalas e tempos do habitar

A habitação que está também na rua e está também na praça, e as deve marcar subtilmente, e se não estiver é porque não se está a habitar a cidade e não se estando a habitar a cidade estão a criar-se problemas que, tal como uma doença não tratada, irá piorar e mesmo quando remediada, depois de se ter desenvolvido de forma crítica, deixa, frequentemente, sequelas graves.

O habitar tem de ser cumprido como um verdadeiro programa existencial e afinal até onde ele não deve ir como espaço cuidado e humanizado?

«O habitar não está limitado só ao habitat, ao universo doméstico ... O conforto este termo franglês que designa ... estar bem num sítio é um objectivo tão pertinente para o habitat como para a escola, a biblioteca, a oficina ou o ginásio ... espera-se ... que a cidade seja habitável ... que o peão encontre mais do que um passeio obstruído para deambular..., que seja um espaço onde o ancião possa dispor de um banco para retomar o fôlego, a criança de um caminho protegido para ir para a escola ou a casa de outros jovens... esta habitabilidade pensada para corpos frágeis não estaria completa se a sua disposição não tivesse em conta a qualidade dos espaços atravessados, sequência de imagens percebidas ao ritmo do caminhar» (Daniel Pinson, 1996, p. 96).(1)

Tal como refere Joaquín Arnau (2000)(2) «... a dialética da Cidade e da Casa é a do todo e das partes. A questão do que surgiu primeiro, na história da Arquitectura, é totalmente irrelevante. Seja como for, as casas fazem parte da cidade, que totaliza o seu sentido... Em qualquer casa, no entanto, há uma certa vocação de cidade. Não é concebível uma casa isolada. Fisicamente pode ser; economicamente, não... Se a casa não é peça de cidade e subsiste .. a casa é a cidade... Peça de cidade ou pequena cidade em si mesma, cidadela, a casa traz consigo a qualidade urbana. E a Arquitectura, através da casa, urbaniza a paisagem... A cidade, como diz Alberti, é uma casa grande.»

Falámos das escalas como níveis, como camadas sobrepostas, mas, naturalmente, a escala é também desenho específico e seja numa acepção literal seja numa mais lata é realmente um conceito fundamental no espaço arquitectónico.

É assim mesmo o habitar. É e tem de ser cumprido como um verdadeiro programa existencial, como se fossem três habitar(es) interactuantes e complementares:

- . público – nos espaços da cidade e destes aos espaços íntimos mas abertos das vizinhanças;
- . razoavelmente colectivo – nos espaços íntimos mas abertos das vizinhanças e destes até à entrada das nossas casas;
- . e privado, nos espaços da casa.

Lembrando o sempre essencial Norberg-Schulz pode-se dizer que para habitar em plenitude é necessário que se proporcione uma adequada capacidade de habitar como “programa existencial”, nestas três “dimensões” ou escalas e/ou tempos.

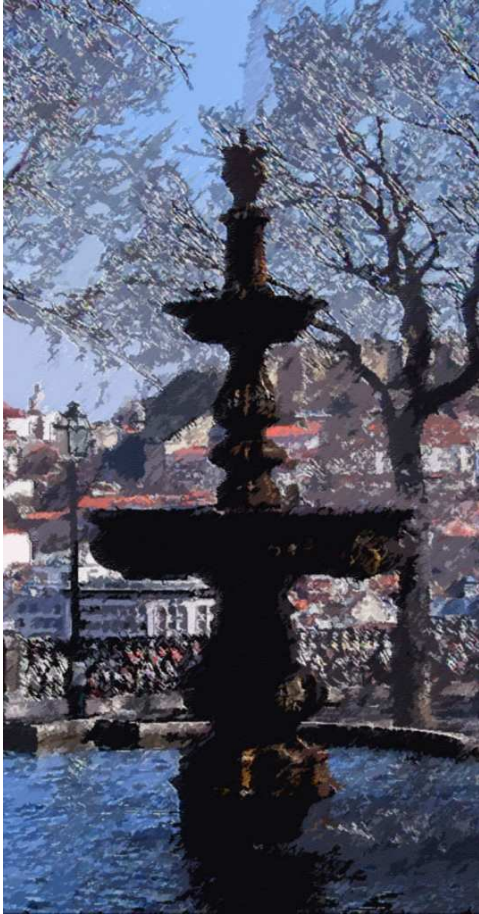


Fig. 03

Humanidades e habitar

As afinidades e as pontes entre o habitar e as humanidades; pois afinal, como salienta Eduardo Prado Coelho: «*Há alguma coisa nessa actividade, que é o filosofar, que tem alguma afinidade com o caminhar...*»(3). E podemos nós dizer que o caminhar tem tudo a ver com o habitar, com o habitar a cidade e a vizinhança onde vivemos.

E naturalmente que o habitar se tem de ligar a uma constante e diversificada reflexão sobre os conceitos fundamentais da (re)invenção do abrigo e da definição e apropriação de espaços delimitados e protectores.

A temática da habitação humanizada é aqui tratada, sob esta faceta da relação com as humanidades, a partir do ponto de vista e com as ferramentas da arquitectura; no entanto, o que se pode considerar como uma limitação tem de ser compensado pela consideração da verdadeira importância de todo um leque disciplinar de outras ciências humanas; e a arquitectura também o é.

Mas como tratar estas matérias sem nos especializarmos em Antropologia, Engenharia(s), Filologia, Filosofia, História, Geografia, Medicina/saúde, Sociologia e Psicologia?

Naturalmente teremos de encontrar os “postos avançados” dessas áreas de conhecimento que estabeleçam contactos privilegiados com as áreas da arquitectura do habitar, nesta perspectiva da humanização do mesmo habitar, que aqui nos motiva. Teremos assim de encontrar e estudar alguns desses autores/obras, e indicar esses caminhos, mas também devemos identificar nas matérias que são da arquitectura e do urbanismo, mais ligadas ao habitar, aqueles arquitectos e urbanistas, que mais têm seguido ou que mais se têm aproximado (d)esses caminhos. Esta é uma dupla estratégia capaz de assegurar a fundamental criação de pontos de encontro entre a humanização da arquitectura do habitar, pelos arquitectos, e o aprofundamento de um habitar humanizado e culturalmente bem qualificado, pelas outras disciplinas ligadas à matéria.

Afinal e tal como disse Fernando Gil (1993) (4): *«Aquilo a que hoje se chama pluridisciplinaridade não é uma metodologia, é a única metodologia possível para se perceber seja o que for. E essa é a razão pela qual é necessário estar-se aberto para fora de um certo limite.»*



Fig. 04

Habitar cidades amigas

Há que ultrapassar muitas das situações que hoje em dia fazem das zonas urbanas sítios

inóspitos e passar a considerar as cidades como sistemas desejavelmente amigos dos humanos e designadamente daqueles mais sensíveis e desprotegidos, focando-se, especialmente, a atenção de quem tem responsabilidades nesta matéria em aspectos de apoio à acessibilidade ampla e à segurança nos espaços públicos, mas tendo-se devidamente em conta, e com idêntico rigor, que as cidades e os seus diversos espaços urbanos devem ser também amigáveis e estimulantes em termos de convívio e de riqueza cultural, e assim elas também se tornam mais amigas dos seus habitantes e visitantes.

Há assim que privilegiar uma aproximação estratégica à satisfação residencial e urbana num quadro amplo de consideração do habitar a casa, o bairro e a cidade, considerando a presença e a importância dos grupos de habitantes mais sensíveis. Deste modo chegamos ao objectivo operacional de fazer cidades e bairros amigos das crianças e dos idosos e para isso é importante conhecer o melhor possível as soluções urbanas que têm sido usadas com algum êxito nesse sentido (5).

Junta-se, em seguida, uma citação do pediatra Mário Cordeiro e do arquitecto Tiago Queiroz, que integra um excelente texto integrado no n.º 4 dos Cadernos Edifícios do LNEC (6).

«Actualmente, o conceito de cidade e a sua prática sofreram algumas disrupções, distorções e desvios, criando novos e intensos problemas, no cerne do qual estão os sistemas de transportes, a poluição, a perda de identidades e de sentimentos de pertença, e a descaracterização do espaço público, designadamente a «perda da rua» enquanto espaço lúdico, relacional e estético.»

Por um lado é essencial que cada um, na sua vizinhança e no seu bairro se sinta rodeado por um espaço globalmente seguro, amigável e afectuoso, que se desenvolva em continuidade. Por outro lado é essencial que o critério de amigabilidade do espaço cidadão habitável seja respeitador daqueles mais sensíveis a meios urbanos agrestes e perigosos. Logo, fica bem claro que os espaços urbanos e residenciais têm de ser desenvolvidos considerando-se os grupos sociais que mais carecem de protecção e de enquadramento, e nestes as crianças e os idosos sobressaem claramente.

Finalmente não pode haver dúvidas sobre a oportunidade de se pensar aqui na questão da cidade como universo de base do espaço habitável que se deseja humanizado e especialmente atraente e motivador. É a cidade/povoação, num sentido amplo e consistente, que nos interessa como quadro da humanização do habitar, pois só a cidade, e de certa forma no seu todo, pode e deve oferecer quadros globais que harmonizem o sossego, a segurança e a apropriação nos bairros e nas vizinhanças com a animação, a agradabilidade e

a riqueza de um verdadeiro tecido urbano; e sublinha-se que se usa e usará aqui a designação de “cidade” com o significado de espaço urbano coeso e vivo.

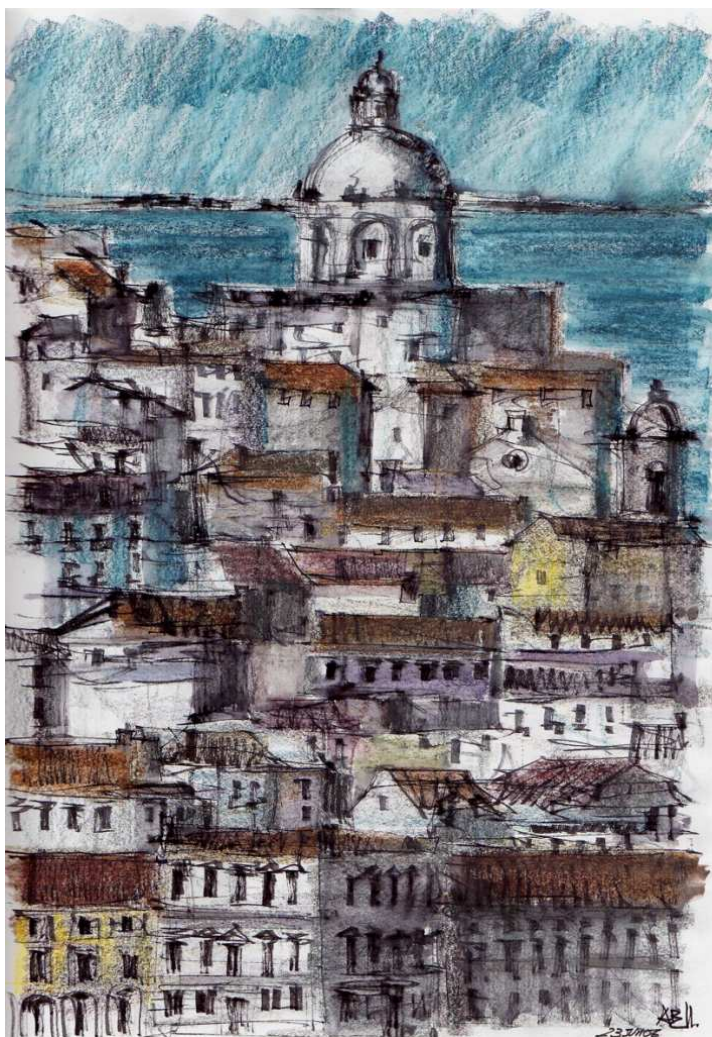


Fig. 05

História(s) e tipologias do habitar

O objectivo visado quando se aponta, aqui, o caminho do estudo prático da história e das histórias das tipologias e soluções do habitar, como ferramenta de melhoria da sua mais positiva humanização nos dias de hoje, baseia-se no interesse que sempre terá uma tipologia formal e funcionalmente rica, que seja historicamente consistente, caracterizada por uma perspectiva por um lado extremamente ligada à prática dos habitares e dos sítios habitados, e, por outro lado, muito “construtiva ou orgânica”, solta de preconceitos, mas que integra a experiência da história do habitar.

E nunca nos devíamos esquecer da importância do registo do que foi bem feito e mal feito e do respectivo potencial de replicação e adequação, nunca faz sentido é actuarmos como se para trás de nós existisse uma tábua rasa de experiências e de reflexões; e, afinal, «... tudo o

que sei aprendi com o meu semelhante, desde o mais humilde ao mais sábio ...» – Júlio Resende (1917-2011), também numa pequeníssima homenagem à sua pessoa e obra, um texto citado do site da Antena 2, no dia da sua morte).

De certa forma há aqui que sublinhar que à questão tipológica se atribui uma importância fulcral na conquista de um habitar humanizado e arquitectonicamente valioso, desde que a “velha” questão tipologia seja agora considerada e seguida numa perspectiva por um lado extremamente ligada à prática – constatação da vida das gentes nas soluções habitacionais que foram sendo inventadas – e por outro muito construtiva ou orgânica e extremamente solta de preconceitos, mas muito fiel à história e à tradição dos habitares humanos.

Nesta matéria das tipologias habitacionais as “Lições de Arquitectura” de Hertzberger (1991) (7) são fundamentais, pois ele nelas traça uma linha sequencial e bem articulada de concepção dos espaços residenciais extremamente ligada à pormenorização coerente e fundamentada da casa, do edifício e da rua/zona de proximidade, privilegiando a humanização do habitar e sublinhando aspectos verdadeiramente “construtores” de tipologias e de variações tipológicas residenciais, e designadamente: os espaços de acesso aos fogos; as vistas estratégicas sobre o exterior e sobre o interior; os espaços comuns como zonas de algum recreio; os edifícios integrando uma estimulante variedade de acessos privados e/ou geminados, em diversos níveis e configurações; e os espaços do tipo “rua de convivência”, considerados e pormenorizados como verdadeiras “salas de estar comunitárias”

Há aqui, portanto, um léxico de “pequenos” elementos de composição do habitar que podem ser os verdadeiros protagonistas da composição de variadíssimas tipologias de habitar – e atente-se no sublinhado –, como se dos fogos e de uma sua aturada pormenorização passássemos, por exemplo, para a rua, a praça, o pequeno quarteirão, sem uma nota de importância especial para o edifício, e note-se a carga de relação com o habitante, com a casa habitada, com o sítio “super-humanizado” que é esta casa, que desta forma se atinge.

Fica, assim, de pé, uma ideia concretizadora de um reforço da importância dos espaços privados – a casa – e públicos – a rua, a praça, por exemplo – e de uma, eventual, possibilidade de maior apagamento do edifício, como “obra” isolada e, quem sabe, mais protagonista, bem como dos espaços colectivos desse edifício, a não ser que estes tenham condições de assumir um verdadeiro protagonismo formal e funcional, que seja considerado importante numa dada situação/solução urbana específica.

Tudo isto tem e terá, naturalmente, muito a ver com as novas formas de habitar (e as novas formas de cidade/bairro): por exemplo a habitação assistida, o trabalho habitado; a casa escritório. E em tudo isto se sublinha a grande importância da adaptabilidade, do conforto ,

da densidade e da verdadeira adequação a diversas situações, desejos e necessidades habitacionais; e há ainda o verdadeiro suplemento de alma e reserva de apoio à concepção, proporcionada pelas cidades e casas da imaginação e da ficção.

Provavelmente o “segredo” do melhor habitar casas e sítios de trabalho está em incentivar a permanência funcional e o mais possível agradável e estimulante das pessoas em todos esses sítios, fazendo-os, de certa forma, entrar numa positiva concorrência pela permanência/uso humanos; e na imagem apresenta-se, como exemplo desta possibilidade, um gabinete de trabalho bem habitado/habitável.



Fig. 06

Desenho do habitar

O habitar projectado tem de ser não apenas funcional, confortável e adequado a cada situação, mas também formal e ambientalmente estimulante, numa perspectiva associada ao que podemos designar de formas e espaços verdadeiramente convidativos (a tal forma convidativa defendida por Hertzberger) e, por que não dizê-lo, formas e espaços verdadeiramente hospitaleiros, no sentido de nos receberem e tratarem bem, convidando-nos a usá-los de forma intensa e prolongada.

Seja uma sala bem dimensionada e com janelas agradáveis, seja um recanto de estar numa

praceta pública, seja uma rua que é tão acessível como agradável e útil; em tudo isto, para além de ter de haver variados tipos de exigências, tem de haver bom desenho, bom desenho no sentido de uma boa concepção urbana e do habitar, um desenho que seja capaz de nos oferecer as formas que têm mais afinidade para com as pessoas, e para conosco, os seus habitantes; e evidentemente isto não é nada fácil: pois se até fazer as formas de uma casa para uma família é difícil, então desenhar muitas habitações e espaço público para muitos, obriga a um elevado grau de exigência projectual, designadamente, em termos formais.

Tal como diz Herman Hertzberger nas suas Lições de Arquitectura (1991) (8):

E ainda Hertzberger nas suas Lições de Arquitectura (p. 193) citando Aldo van Eyck (1962): *«Faça de cada coisa um lugar, faça de cada casa e de cada cidade uma porção de lugares, pois uma casa é uma cidade em miniatura e uma cidade é uma casa enorme. O espaço deve ser articulado para criar lugares... quanto mais articulação houver, menor será a unidade espacial, e, quantos mais centros de atenção existirem, mais o efeito total será individualizante.»*

Para o aprofundamento da qualidade do desenho, da caracterização e da criação de uma paisagem urbana pormenorizada, é fundamental recordar (1971) (9), Gordon Cullen, quando este nos diz que:

«Será possível manipular todos os matizes de escala e estilo, de materiais e cor, de carácter e individualidade e, justapondo-os, criar algo que seja verdadeiramente proveitoso para a colectividade» (p. 12).

Que:

«As estatísticas são coisas abstractas; ao ser transportadas para planos e depois os planos convertidos em edifícios, o resultado carece de vida. O resultado não será mais do que um diagrama tridimensional, no qual se exige que a pessoa humana viva» (p. 12).

Que:

«O conformismo mata, aniquila; a diferenciação, pelo contrário, é fonte de vida ... E tudo é unificado pelo fogo e pela vitalidade da imaginação humana, e assim torna-se possível fazer habitações para homens» (p. 13).

E que:

«A questão essencial é que na opinião do público o planeamento oficial é frio, técnico e estéril, enquanto que na minha opinião uma boa planificação não é senão uma rua ampla e direita, com árvores de copa recortada dos dois lados... e basta! E tudo é bem diverso. A composição de um conjunto urbano é potencialmente uma das mais emotivas e variadas fontes de prazer» (p. 15).

E num último desenvolvimento desta linha de pensamento, referido aos novos urbanistas -

Andres Duany (2003) (10) – podemos considerar o desenho urbano como verdadeira arte cívica, o que é, sem dúvida, uma perspectiva com grande interesse.

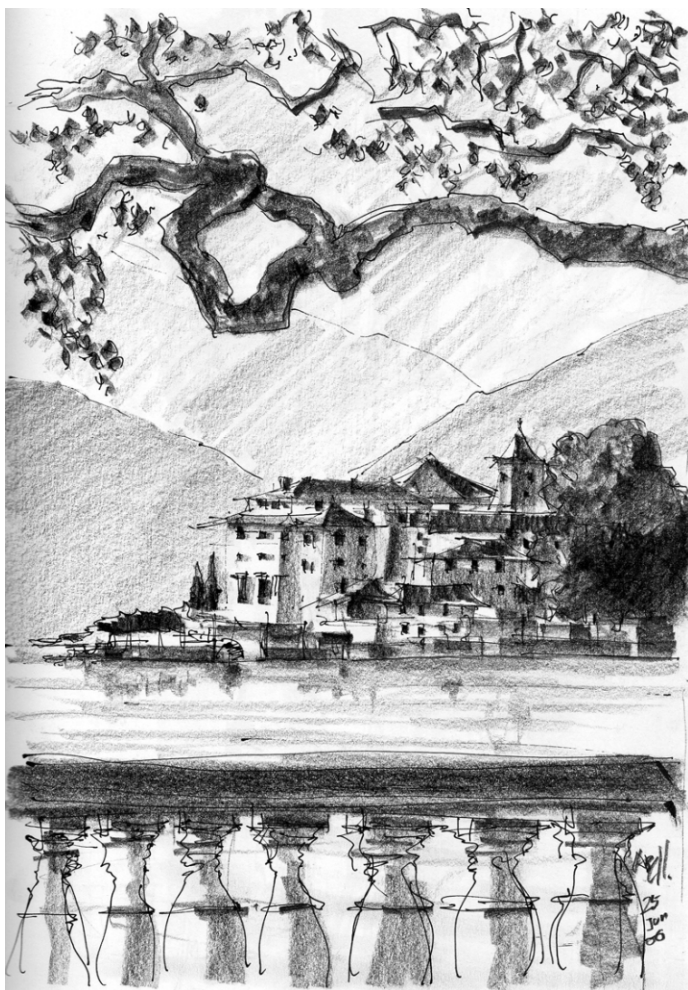


Fig. 07

Habitar integrado: ou para ser humanizado o habitar tem de ser integrado

A velha e sempre fundamental reflexão sobre a integração encontra sítio estratégico neste leque temático que nos aproxima de uma humanização do habitar, pois sublinhamos aqui a importância que têm os diversos temas ligados à importância do reforço da integração cívica e social, da integração física e paisagística e naturalmente da integração funcional e de actividades.

Uma tripla recomendação de integração social, física e funcional dirigida para o desenvolvimento de um habitar urbano mais humanizado, e que privilegia intervenções de vitalização e de construir no construído, seja na perspectiva de uma cidade mais habitada, seja na fundamental opção de requalificação do espaço urbano e paisagístico.

Teremos assim intervenções urbanas e habitacionais mais integradas porque mais pequenas, humanizadas e embebidas nos espaços preexistentes, mas temos também um espaço urbano que precisa de microintervenções mutuamente conjugadas e ao serviço da continuidade urbana.

A integração, numa fundamental perspectiva geral, que vai, por exemplo, do mais puro desenho urbano de pormenor às mais funcionais preocupações com a vida diária e de convivência de tráfegos, passando pelos complexos objectivos de “acalmia” e de positiva mesclagem de grupos sociais, é uma matéria com grande diversidade de facetas, designadamente, em termos físicos, socioculturais e de dinamização de actividades.

E salienta-se que para a formalização coerente e fundamentada da arquitectura é extremamente importante este “jogo” da integração entre fogos, edifícios, espaços públicos e equipamentos.

A integração física, social e de actividades é assim uma temática totalmente ligada aos aspectos da forma da arquitectura urbana e da densidade, bem como aos associados aspectos dos respectivos conteúdos em actividades, e uma temática que está na ordem do dia, no sentido em que precisamos de aprender a fazer, bem, ruas e quarteirões citadinos, cujas formas, densidades e misturas sociais e funcionais garantam uma verdadeira sustentabilidade em termos de equilíbrio social e funcional e no que se refere a uma adequada e harmonizada animação urbana, bem ligada à essencial agradabilidade e sossego residencial, e, naturalmente, a uma adequada humanização da própria imagem urbana do conjunto, bem como da sua respectiva pormenorização; pormenorização esta que deve estar claramente ao serviço dos referidos objectivos de integração.

A ideia que fica é que, por um lado, não se tem dado o devido valor aos aspectos integrados e de muito elevada sensibilidade e complexidade física, social e funcional, implicados nas intervenções urbanas e microurbanas, e que, por outro lado, quando estas acções são consideradas a sua abordagem é frequentemente parcial ou segmentada, no que se refere aos aspectos apontados (de ordem física e formal, social e funcional), havendo alguma tendência para se dar um natural relevo seja aos aspectos mais formais, seja aos aspectos mais sociais, seja aos aspectos mais funcionais, consoante a perspectiva técnica que é mais responsável por cada estudo; por outro lado, e quando se actua em condições físicas e sociais sensíveis há muito pouco hábito de, posteriormente, se fazer uma análise cuidadosa dos resultados obtidos.

Tudo isto se refere ao não-desenvolvimento de uma intervenção integrada, em termos formais, sociais e funcionais e sublinha-se, que desta forma, pouco se poderá avançar na matéria do “construir no construído” ou do (re)habitar e revitalizar a cidade, uma matéria muito complexa, e que só tem saídas possíveis no manejar essa mesma complexidade numa

perspectiva de integrações muito cuidadosas, contínuas e sequenciais de pessoas, formas e funções, construindo-se no construído e aprendendo-se, gradualmente, com as práticas.

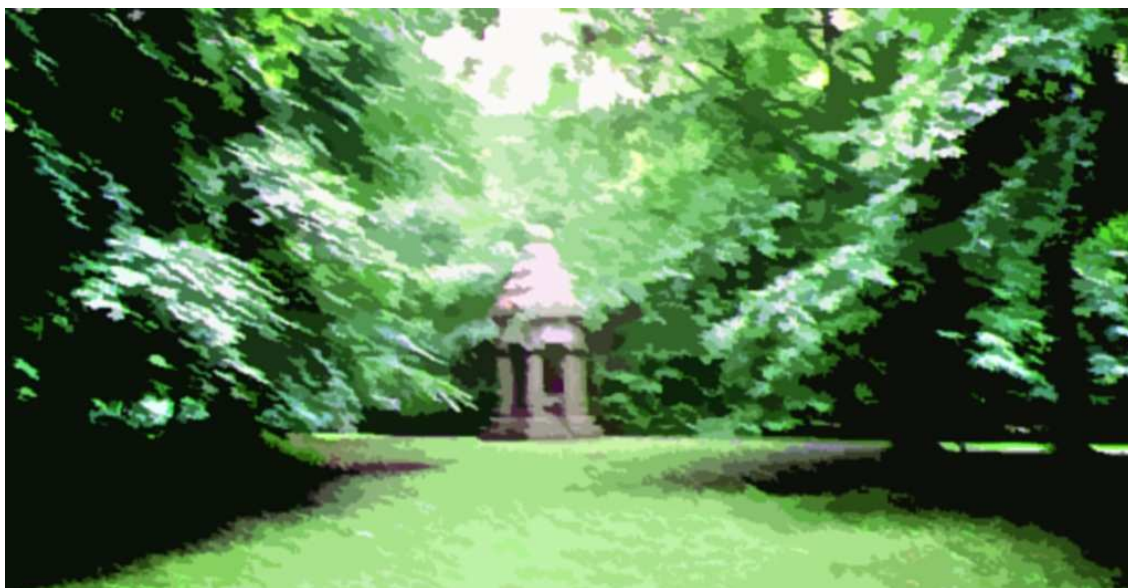


Fig. 08

Natureza, cidade e lugar habitados

Sob este título procura-se desenvolver uma reflexão sobre a importância de uma perspectiva ecológica e humana ampla em termos do desenvolvimento de um habitar, que considere a importância do lugar, como sítio específico e com caracterização específica, cuja identidade também se afirma na relação com a cidade, as paisagens e a própria natureza, que é em boa parte protagonizada pelo verde urbano.

Poderemos ter, assim, aspectos de humanização do habitar que resultam de cuidados específicos de relação com as paisagens urbana e natural, com o verde urbano e com o evidenciar do carácter próprio que pode ter cada lugar; naturalmente que tudo isto fica embebido nas questões da paisagem, mas importa ter em conta o peso cultural e vivencial específico do verde urbano e do espírito de cada lugar; e tudo isto contribui, claramente, para a luta essencial que tem de se travar contra a massificação e o anonimato das imagens urbanas.

«É fundamental, para fazer mexer a cidade, que nos instrumentos de planificação e de planeamento estratégico quer de escala menor, se inclua a noção de paisagem, que é cada vez mais importante... o arquitecto deveria ter na sua formação esta percepção, porque a paisagem é cada vez mais uma questão de arquitectura e uma questão de cidade. A noção de paisagem urbana é fundamental.» Gonçalo Byrne (2004) (11)

Aborda-se, assim, uma perspectiva ecológica e humana ampla, que considera e articula a

actual grande importância que tem – e deve recuperar – o lugar, como sítio “único”, com identidade específica, e a também actual grande importância da protecção e do protagonismo da natureza e do verde urbano.

Trata-se também de iniciar a reconciliação da cidade com a paisagem, um objectivo muito importante para a cidade de hoje e crucial para a grande cidade de hoje.

O arquitecto moderno deve, assim, «... *contribuir para um novo ordenamento e uma nova e significativa unidade entre a paisagem e a obra do homem...*», palavras sábias e antecipadoras de Norberg-Schulz, já em 1968.

A ideia geral é que a integração, tratada atrás, é fundamental na introdução de uma coerência contextual e paisagística ligada à urgente melhoria do nosso ambiente construído e natural, enquanto a caracterização, que é agora considerada, embora incorpore matérias associadas a exigências de qualidade do ambiente e da construção, como é a matéria da ecologia do habitar, incorpora outras matérias de caracterização profunda do habitar, designadamente, em termos de escala humana e de natureza cultural, que obrigam a um aprofundado esforço de sistematização, a realizar, nomeadamente, através do estudo de casos de referência.

Afinal é difícil e é mesmo arriscado defender que os espaços de habitar ganham com uma sua adequada caracterização como sítios “únicos” e marcados por uma expressiva humanização ou relação com a presença e os testemunhos humanos, mas que, na prática, uma tal caracterização resulta em termos de atractividade e de papel urbano, é um facto que tem de ser devidamente evidenciado.

Notas finais:

Mais se refere que o leitor encontrará este estudo integralmente publicado pela Livraria do LNEC, que é, em seguida, referida:

COELHO, António Baptista – *Habitação Humanizada*. Lisboa : LNEC, 2007. 574 p., 121 fig. Tese e Programas de Investigação (TPI 46).

Este livro inclui uma síntese dos conhecimentos existentes sobre o tema, apresenta e comenta as matérias que já têm sido tratadas na temática, faz uma introdução à importância de uma decidida aproximação à humanização do habitar, considerando-se desejo, teoria e realidade e tenta apontar, sistematicamente, os problemas em aberto; sendo depois desenvolvidos, em sete capítulos, sete “temas ou projectos” de estudo que integram a grande área temática da habitação humanizada, cada um deles, naturalmente, estruturado com alguma autonomia e com uma ampla base bibliográfica própria – e foram estes sete

temas que foram apontados de forma muito sintética no presente artigo.

Caso o leitor queira optar, estrategicamente, apenas, pela introdução ao tema, ela é desenvolvida numa outra publicação da Livraria do LNEC que é, também, em seguida, referida:

COELHO, António Baptista - *Habitação Humanizada: Uma apresentação geral*. Lisboa : LNEC, 2007. 40 p., 19 fig. Memórias (M 836).

É ainda possível ler sobre estas temáticas nas duas publicações que são em seguida referidas:

COELHO, António Baptista - *Entre casa e cidade, a humanização do habitar*. Porto : DAFNE editora, Julho 2009. Pequenas Construções Literárias sobre Arquitectura, Opúsculo 18. ISSN1646-5253. Em linha: www.dafne.com.pt/pdf_upload/opusculo_18.pdf

COELHO, António Baptista (coord.) – *Humanização e vitalização do espaço público*. Lisboa, LNEC, 2005. 268 p. Cadernos Edifícios (CAD 4).

Neste artigo não serão feitas quaisquer reflexões mais ou menos integradas sobre o conjunto destas matérias associadas à humanização do habitar e do espaço urbano; elas terão de ficar para outras oportunidades, provavelmente, mais “calmas”, seja por ter passado mais algum tempo sobre o desenvolvimento deste estudo, seja por se ter tido a possibilidade de cruzar e integrar mais dados teóricos e práticos sobre estas temáticas, considerando, designadamente, experiências práticas de habitar e de cidade fora de Portugal, seja no universo lusófono, seja no europeu.

No entanto a ideia que fica é que se tratou aqui de um amplo novelo qualitativo que é fundamental ter em conta para se fazer melhor uma cidade mais habitada e agradável e para se fazer um melhor habitar, mais adequado e mais humano.

Notas do artigo

- (1) Daniel Pinson, “Arquitectura e modernidade”, trad. Filipe Duarte, 2000 (1996).
- (2) Joaquín Arnau, “72 Voces para un Diccionario de Arquitectura Teórica”, Madrid, Celeste Ediciones, 2000, p. 20 a 26.
- (3) Eduardo Prado Coelho, “O inabsorvível”, Público - opinião, 17 Janeiro 2004
- (4) Fernando Gil ao Expresso de 10/12/93.
- (5) Francis Tibbalds, “Making People-Friendly Towns, Londres”, 2000 (1992).
- (6) Mário Cordeiro e Tiago Queiroz, “A cidade, a criança e a saúde, contributos para uma mudança de paradigmas”, Lisboa e LNEC, Cadernos Edifícios n.º4, “Humanização e

vitalização dos espaços público”, Março de 2006.

(7) Herman Hertzberger, “Lições de Arquitetura”, trad. Eduardo Lima Machado, 1996 (1991).

(8) Herman Hertzberger, “Lições de Arquitetura”, 1996 (1991).

(9) Gordon Cullen, “El Paisaje Urbano – Tratado de estética urbanística”, Barcelona, 1977 (1971).

(10) Andres Duany, Elizabeth Plater-Zyberck e Robert Alminana, “New Civic Art : Elements of Town Planning”, 2003.

(11) Inês Moreira dos Santos e Rui Barreiros Duarte (entrevistadores), “Estruturas de mudança - entrevista com Gonçalo Byrne”, Arquitectura e Vida, n.º 49, 2004, p. 51.

Editor: António Baptista Coelho

Edição de José Baptista Coelho

Lisboa, Encarnação - Olivais Norte

Infohabitar, Ano VII, n.º 362, 22 de Setembro de 2011

Etiquetas: [29 de setembro de 2011](#), [antónio baptista coelho](#), [cidade humanizada](#), [habitação humanizada](#), [humanizar a cidade](#), [humanizar o habitar](#), [João Lutas Craveiro](#), [paulo tormenta pinto](#)